



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Trabalho de avaliação contínua

LCT- Laboratório de competências transversais

Realizado no âmbito da U.C.- Pensamento Crítico

1º Ano da licenciatura de Ciência de Dados - 1º semestre

Docente: Lorena Anile

Trabalho realizado por: João Francisco Marques Gonçalves da Silva Botas, nº104782,
CDA1

Turma de Pensamento Crítico: CDA1

Data de entrega: 27/12/2021

Introdução

No âmbito da U.C. de pensamento crítico realiza-se o trabalho de avaliação contínua com base nos conceitos aprendidos em aula e explorados em atividades.

O trabalho divide-se em dois tópicos, o primeiro consiste na análise de um texto e a identificação e exploração dos argumentos dados pelo autor, e as qualidades dos mesmos e o segundo na exposição do ponto de vista acerca do tema escolhido. Esse tema foi o seguinte: “Concorda com a colocação de câmaras de vigilância nos locais públicos das cidades portuguesas”?

1-

1.1.-

Manuel Loff realizou este texto para o jornal Público com o intuito de expressar a sua opinião face aos países europeus, dizendo que não fazem o suficiente para resolver a solução dos refugiados, assim, chamando estes países de “hipócritas”.

Para defender o seu ponto de vista começa por dizer que esta “vaga (...) intensa de refugiados à Europa, não é a pior à escala mundial desde o fim da II Guerra Mundial (...)” e enumera casos de vários países e de como se comportaram acerca deste assunto, como forma de construir o seu argumento, utilizando alguma ironia. Os países, bem como as opiniões citadas são os seguintes: em Portugal, através de citações de Paulo Portas e António Costa, os refugiados “só deverão ser acolhidos se economicamente úteis a quem os acolhe”; nos países do norte da Europa e do Mundo, restringem as entradas de refugiados nas fronteiras; na Alemanha permitem a entrada, os refugiados são colocados em campos e depois, eventualmente, serão expulsos, embora uma parte seja acolhida e integrada; na Hungria, a ideologia política que rege os governantes leva à tomada de medidas fortes e repressivas para com os refugiados. Depois, o autor faz o contraste com o Líbano, um país pequeno e pobre, que tem acolhido um grande número de refugiados ao longo dos anos, tendo, neste momento, cerca de 40 % da população oriunda de outros países.

Com suporte em opiniões destes países, no final o autor volta a falar de Portugal para mostrar que este tema, para além de impactar noutros sítios, também está presente cá, revelando a hipocrisia demonstrada, que é a sua conclusão.

1.2.-

No texto seguinte é possível identificar alguns erros na argumentação, quando o autor exprime a sua opinião. São estes o estereótipo com intervenção da falsa causalidade, o ataque pessoal e a deturpação.

Em primeiro lugar, é referido um antissemitismo, como estereótipo para a Alemanha, pelo tratamento que foi dado aos judeus na II Guerra Mundial. Esta referência surge quando o autor diz que este povo decidiu “enfrentar o ressurgimento dos fantasmas do passado e abrir as fronteiras”. Porém, ele está a dar a entender que eles são um povo

caracterizado por essas práticas antissemitas e usa isso para contruir uma ideia ao seu argumento, que pode ser levado como uma falsa relação da causalidade.

Em segundo lugar, observa-se o uso de opiniões sobre duas individualidades que pode constituir ao uso do ataque pessoal, através de expressões fortes e diretas. Estas individualidades são Viktor Orbán e Paulo Portas. Ao primeiro-ministro húngaro chama “Abertamente anticigano e discretamente antissemita”. Já relativamente a Paulo Portas usa uma linguagem informal, algo agressiva e um pouco irónica: “E a tradição de Portas, de que é feita ela?”.

Por último, na mesma citação de Viktor Orbán, o autor aplica uma deturpação, pois associa as práticas e os traços da personalidade dele para sustentar o seu ponto de vista. No entanto, nas citações seleccionadas não é provado que ele é antissemita e, caso o seja, é irrelevante para provar algo a mais para o argumento em causa.

2-

2.1.- Colocação de câmaras de vigilância nos locais públicos das cidades portuguesas?

A colocação de câmaras de vigilância nos espaços públicos é algo que se tem tornado recorrente ler nos portais de notícias e que se esta a disseminar e a consolidar na sociedade portuguesa. A implementação desta rede de sistemas digitais tem como objetivo principal proteger as pessoas e os estabelecimentos comerciais.

É importante destacar, desde já, este novo fenómeno cada vez mais referido e que pode impactar em vários fatores. Com esta nova maneira de monitorização é possível prevenir alguns roubos que naturalmente aconteceriam, a realização de um maior número de eventos e, até, evoluir para um turismo mais seguro.

Primeiramente, esta medida consegue reduzir o número de roubos ou conflito, pois o sujeito que tem alguma intenção, fica de “pé atrás” ao sentir que está a ser filmado, ou seja, aponta-se uma possível dissuasão por poder ser identificado posteriormente. Para além disso, estas câmaras dão outro tipo de informação às unidades autoritárias visto que, se estiver a acontecer alguma situação incomum, essas unidades conseguiriam chegar mais rapidamente ao local e obter a informação exata de onde agir. Ou ainda, mesmo que as autoridades não tenham sido alertadas ou lhes tenha passado despercebida alguma ocorrência, pode revelar e complementar provas para a investigação criminal e ajudar a montar pistas, como diz Resende da Silva para a TSF (2020),

“Quando uma pessoa comete um crime, não cai ali naquele local. Ela deslocou-se de algum lado, veio num determinado meio de transporte, inclusive numa viatura. O caminho que ela faz para o local do cometimento do crime e pós-cometimento do crime, às vezes, é tão ou mais importante do que o próprio local”.

Este fator é bastante importante para se ter em conta, porém, existe a possibilidade de as pessoas se sentirem receosas por estarem a ser filmadas e de não saberem se podem estar a ser controladas também. É perfeitamente pertinente esta posição das pessoas face ao assunto, no entanto, é preciso perceber que, para haver uma maior segurança para todos, é necessário haver algum sacrifício, e que, ao fim e ao cabo, as pessoas se sentirão mais seguras se algo acontecer com elas ou com os seus pertences.

É evidente que, quando se fala de colocar câmaras em locais públicos, se pense logo no que esta medida pode acarretar à diminuição da criminalidade. Contudo, isto também poderá contribuir, de certa forma, no setor económico.

Por um lado, aumentar o número de eventos que seriam realizados, devido ao facto de as grandes empresas e vários investidores terem menos preocupações com a organização dos mesmos. Neste caso, sentir-se-iam mais à vontade com a vigilância proposta e a garantia de uma maior segurança às pessoas interessadas em presenciar os eventos. Os organizadores de eventos privilegiam essencialmente as condições em que estes se realizam, sendo a segurança do evento e das pessoas que os frequentam um dos aspetos mais importantes. Isto tem impacto na organização dos eventos, já que se existirem infraestruturas de segurança já montadas, os custos de organização diminuem e a confiança dos participantes aumenta.

Por outro lado, a segurança é um fator muito importante para convencer turistas ou até emigrantes a escolherem Portugal como destino temporário ou permanente. Isto é mais visível para habitantes de países em que há mais insegurança e criminalidade. Tendo maior segurança com a utilização destas câmaras de vigilância, teremos uma vantagem competitiva face a outros países com problemas nesta área. Isto traz vantagens económicas no turismo, na captação de investimentos, em aquisição de imobiliário, com fins de moradia ou investimento. Daí dizer-se que a segurança tem um impacto positivo na economia.

Em suma, pode concluir-se que as câmaras de vigilância são essenciais e apresentam um investimento e não um custo para as entidades que as instalam, pois permitem o controlo da criminalidade, e, também, o desenvolvimento económico do país.

Conclusão

Foram respondidas as perguntas pretendidas para o trabalho de avaliação contínua. Na resolução da primeira pergunta, foi selecionado no texto os argumentos e a conclusão que o autor propõe e, depois, usando a tabela de erros de argumentação dada em aula, foi visto a ocorrência dos mesmos no texto. Na segunda pergunta explorou-se o tema selecionado e, através do uso de argumentos simples e complexos, chegou-se à conclusão que sim, devem ser implementadas câmaras de segurança nos locais públicos.

Com isto, realça-se a importância deste trabalho e desta U.C. para a construção e percepção de argumentos, algo que é fundamental para o mercado de trabalho e, mais ainda, para o nosso dia-a-dia.

Referências bibliográficas

Rocha, S.M. (2020). Videovigilância noutras zonas da Amadora provoca aumento da criminalidade em Alfragide.

<https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/videovigilancia-na-amadora-provocou-aumento-da-criminalidade-em-alfragide-11820371.html>

Loff, M. (2015). Refugiados e “valores europeus”.

<https://www.publico.pt/2015/09/05/mundo/opiniaio/refugiados-e-valores-europeus-1706907>

Apontamentos disponibilizados no blackboard, pelos docentes da U.C.